

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Instituto Meira Mattos

Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares

Estudos de Segurança e Defesa

Prof^a. Dr^a. Monique Sochaczewski Goldfeld

A PAX AMERICANA NO ORIENTE MÉDIO – UMA HEGEMONIA EM TRANSIÇÃO?

Rafael Farias

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2016

A PAX AMERICANA NO ORIENTE MÉDIO – UMA HEGEMONIA EM TRANSIÇÃO?

Rafael Farias

RESUMO

Evoluções recentes no cenário do Oriente Médio parecem provocar uma gradual redução das ingerências dos Estados Unidos da América (EUA) no Oriente Médio. O advento do fraturamento hidráulico reduziu drasticamente a dependência direta dos EUA sobre o petróleo do Golfo Pérsico e diminuiu o valor estratégico e prioritário da relação EUA com a Arábia Saudita e os menores Estados desta região. Ademais, as iniciativas políticas dos EUA, especialmente as recentes negociações com o Irã sobre seu programa nuclear, distanciaram Washington de seus tradicionais aliados no Oriente Médio. A administração do presidente Barack Obama tem diminuído o recente intervencionismo dos EUA em tal região, a despeito do recrudescimento das ações do Estado Islâmico (EI) e os ataques aéreos a esta organização, executados por uma coalizão liderada pelos EUA. Observadores afirmam que, em um momento de incerteza econômica e cortes para o orçamento militar dos EUA, uma política expansiva dos EUA na região tornou-se demasiado cara. De acordo com este ponto de vista, os EUA, assim como o Reino Unido durante a *Pax Britannica* no século XIX e início do século XX, teriam se tornado vítimas da sua própria “expansão imperial”. Durante o século XX, particularmente a partir da Segunda Guerra Mundial (1945), os EUA viram os seus interesses no Oriente Médio coincidirem com os de aliados estratégicos na região, como Israel e a Arábia Saudita. A emergência de novos atores na região, como o Irã e o EI, e a assunção de novas lideranças em aliados tradicionais norte-americanos, como ocorreu no Egito, tem provocado modificações na geopolítica do Oriente Médio e da política externa dos EUA para a região. O objetivo deste artigo é analisar como a evolução dos acontecimentos no Oriente Médio podem contribuir para uma transição da hegemonia dos EUA no século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Estados Unidos; Oriente Médio; hegemonia

1. INTRODUÇÃO

Os Estados Unidos da América (EUA), sob a presidência de Barack Obama, tem evidenciado uma progressiva diminuição de suas ingerências no Oriente Médio, apesar da ascensão do Estado Islâmico (EI) e de liderarem uma coalizão de ataques aéreos contra este grupo terrorista (SIMON; STEVENSON, 2015).

De acordo com Simon e Stevenson (2015), o desengajamento norte-americano do Oriente Médio é menos uma opção do que uma necessidade. Alguns observadores realistas afirmam que em um momento de incerteza econômica e cortes no orçamento militar dos EUA, uma política expansiva EUA na região tornou-se simplesmente demasiado cara. De acordo com esse ponto de vista, os Estados Unidos, assim como o Reino Unido, seriam vítimas do seu próprio "esgotamento imperial".

O Oriente Médio foi um espaço de projeção de poder britânico por quase um século. Em 1967, o Reino Unido anunciou a saída de todas as suas tropas com base em leste do Canal de Suez. Em 1971, a retirada foi concluída e vários emirados alcançaram a independência. Mas a estabilidade desta região rica em Óleo permanece no centro das preocupações do Ocidente, especialmente por meio da forte rivalidade entre a Arábia Saudita "conservadora", o Iraque "Revolucionário" e o Xá do Irã. A queda da monarquia Teerã em 1979 e o fim da Guerra Fria abriu uma nova era, marcado por duas guerras contra o Iraque, aumentando a instabilidade e uma intervenção muscular dos Estados Unidos, que reforçaram grandemente a sua presença militar na área (MARIN, 2007). A segurança do Golfo Pérsico passou a ser diretamente administrada pelos EUA que, com uma defasagem de 20 anos, substituíram, com suas próprias tropas, o vácuo deixado pela saída dos soldados britânicos (TORRES FILHO, 2007, p. 225).

É possível também argumentar que as iniciativas da política externa dos EUA, especialmente as recentes negociações com o Irã sobre seu programa nuclear, distanciaram Washington de seus tradicionais aliados do Oriente Médio. De acordo com este ponto de vista, os Estados Unidos não estariam recuando e sim se afastando (SIMON; STEVENSON, 2015).

Desenvolvimentos políticos e econômicos no Oriente Médio têm reduzido muito as oportunidades de uma intervenção americana mais eficaz. Nesse sentido, a emergência do EI mostra-se como um grande desafio para os EUA. Rápidas e amplas, as conquistas militares do Estado Islâmico no Iraque e na Síria atordoam o mundo. Elas se beneficiam da decomposição dos Estados do Oriente Médio e contrariam a estratégia dos Estados Unidos. Para "extirpar o câncer" jihadista, Barack Obama pretende acima de tudo contar com os atores regionais (HARLING, 2013).

O presente trabalho destina-se a analisar como a conjuntura do Oriente Médio tem influenciado a forma de ingerência dos EUA na região, concluindo sobre os reflexos para a hegemonia norte-americana no século XXI.

A metodologia empregada para a realização deste estudo foi a revisão bibliográfica. Tendo em vista a vasta bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, procurou-se a ênfase em artigos publicados recentemente pelo jornal *Le Monde Diplomatique* e pela revista *Foreign Affairs*. Mereceram também atenção obras de Cristina Soreanu Pecequillo e de Zbigniew Brzezinski, assim como artigos a respeito do tema apresentados em conferências do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Igualmente, houve uma atenção especial à obra de BUZAN e HANSEN, *The*

Evolution of International Security Studies, o que permitiu realizar uma análise sob a perspectiva da segurança, a partir do fim do século XIX até a presente década.

O trabalho foi dividido em quatro partes após esta introdução. Inicialmente, discorrer-se-á a respeito de como a hegemonia mundial dos EUA no século XX suplantou a do Reino Unido e ainda se mantém no corrente século, por meio de uma periodização denominada da *Pax Britannica* à *Pax Americana*. Em seguida, será apresentada a política externa estadunidense, cujo escopo estará concentrado nas posições de Washington voltadas para o Oriente Médio. Subsequentemente, serão também apresentadas perspectivas para a hegemonia dos EUA para esta região, apoiadas na revisão bibliográfica dos autores consultados para a realização deste trabalho. Por fim, serão apresentadas reflexões a respeito da hegemonia dos EUA no presente século.

2. DESENVOLVIMENTO

2. 1 Da *Pax Britannica* à *Pax Americana*

Na metade do século XIX, a Grã-Bretanha exercia a liderança do comércio mundial, a qual era traduzida em um poder político, tornando-a a grande potência hegemônica. Assentada em um território insular com somente 2% da população mundial, produzia 53% do ferro e 50% do carvão e linhita do mundo, monopolizando quase 50 % do algodão produzido globalmente para alimentar sua indústria têxtil. Seu consumo de energia equivalia à cinco vezes maior que ao dos EUA ou da Prússia , seis vezes a da França e cento e cinquenta e cinco vezes o da Rússia. Sozinha, a Grã-Bretanha era responsável por um quarto do comércio mundial e dois terços do comércio de bens manufaturados (GOLUB, 2011).

O império ultramarino britânico estendia-se do Pacífico ao Atlântico, passando pelo sudeste da Ásia, África e Oriente Médio, abrangendo em 1913 um quarto da população mundial, constituindo-se no centro financeiro mundial e dos investimentos internacionais (GOLUB, 2011). Até a Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha exercia o domínio marítimo global, momento em que a marinha britânica dominava os mares (BRZEZINSKI, 1997, p.21).

As possessões britânicas foram conquistadas por meio de uma combinação de exploração, comércio e conquista. Elas também eram derivadas em grande parte de seu poder de permanência da percepção de superioridade cultural britânica. A superioridade cultural, afirmada com sucesso e silenciosamente admitida, teve o efeito

de reduzir a necessidade de contar com grandes forças militares para manter o poder do império central (BRZEZINSKI, 1997, p.21).

O Império Britânico não poderia, sozinho, dominar a Europa. Para vicejar tal domínio, a Grã-Bretanha contava com uma diplomacia exercida por uma intrincada balança de poder e, eventualmente, em uma entente anglo-francesa para impedir a dominação continental pela Rússia ou Alemanha (BRZEZINSKI, 1997, p.21). Esta "primeira globalização", sob a égide britânica, tem um fim abrupto em 1914, quando a combinação de nacionalismo e militarismo aporta um golpe fatal para a ordem internacional eurocêntrica do século XIX. Ao desgastar a Europa, acelera bruscamente o eixo do poder do Velho Continente para os Estados Unidos (GOLUB, 2011).

A Grã-Bretanha não se constituía, efetivamente, em uma potência verdadeiramente global. Na verdade, ela não exercia o controle sobre a Europa, mas apenas influenciava na balança de poder. Uma Europa estável foi crucial para a proeminência internacional britânica, e a auto-destruição da Europa, inevitavelmente, marcou o fim da primazia britânica (BRZEZINSKI, 1997, p.21).

Após o primeiro conflito mundial, as elites britânicas concebem a ideia de uma *Pax Anglo-Saxonnica*, o que significava um compartilhamento de "responsabilidades" mundiais com os Estados Unidos. Contudo, os norte-americanos já idealizavam para o futuro a *Pax Americana* (GOLUB, 2011). Nesse sentido, a *Pax Americana* passou a ser gestada no período entre guerras, vindo a se consolidar durante a Segunda Guerra Mundial.

Após a vitória dos Aliados em 1945, os Estados Unidos encontravam-se efetivamente no centro e no topo: eles ultrapassaram a Europa, reestruturaram e modernizaram a economia mundial capitalista e instituíram alianças e sistemas de segurança que ainda perduram (GOLUB, 2011). O dinamismo econômico da América fornecia a condição necessária para o exercício da primazia global. Imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, os EUA respondiam sozinhos por mais de 50 por cento do PIB mundial (BRZEZINSKI, 1997, p.23).

A condição de potência vencedora da Segunda Guerra Mundial, aliado à formidável situação econômica após o término do conflito, criou condições para que o âmbito de aplicação e a difusão do poder global dos EUA se tornassem únicos. Os EUA permanecem supremos nos quatro domínios decisivos de poder global: militarmente, possui um alcance global inigualável; economicamente, continua a ser a principal locomotiva do crescimento global, mesmo se contestados, em alguns aspectos pelo Japão e pela Alemanha; tecnologicamente, permanece a liderança

geral nas áreas de ponta da inovação; e culturalmente, gozam de um apelo que é incomparável, especialmente entre os jovens do mundo (BRZEZINSKI, 1997, p.24).

No que concerne à supremacia norte-americana, Brzezinski (1997, p 28) afirma que ela produziu uma nova ordem internacional que não apenas replica, mas institucionaliza mundialmente muitas das características do próprio sistema estadunidense. Essas características básicas incluem :

- a. um sistema de segurança coletiva, incluindo forças e comandos integrados (Organização do Tratado do Atlântico Norte [OTAN] , o Tratado de Segurança EUA-Japão, e assim por diante);
- b. a cooperação econômica regional (Corporação Econômica Ásia-Pacífico [APEC] , o Nafta [Acordo de Livre Comércio da América do Norte]) e instituições cooperação global especializadas (o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional [FMI] , OMC [Organização Mundial do Comércio]);
- c. Procedimentos que enfatizam a tomada de decisão consensual, mesmo se dominadas pelos Estados Unidos; e
- d. Uma preferência pela adesão pela via democrática em importantes alianças.

A maior parte desse sistema surgiu durante a Guerra Fria, como parte do esforço norte-americano para conter seu rival global, a União Soviética (BRZEZINSKI, 1997, p.29; BUZAN; HANSEN, 2009, p. 69) Dessa forma, ele estava pronto para a aplicação global quando o rival esmoreceu e os EUA emergiram como a primeira e única potência global a partir de 1991 (BRZEZINSKI, 1997, p.29). A despeito da “bipolaridade” de um mundo dividido entre o bloco capitalista e o bloco comunista, os Estados Unidos continuaram a dominar o sistema internacional durante as décadas do pós-guerra. Contrariamente às previsões prematuras de " declínio " dos anos 1970 e 1980, eles estavam no final da Guerra Fria, no centro do segundo ciclo da globalização (GOLUB, 2011).

Ainda com relação à transição para a “Nova Ordem Mundial”, o establishment da segurança nos EUA parecia quase nostálgico para as certezas e simplicidades da Guerra Fria, em geral, e particularmente para a maneira em que a existência de um rival superpotência inquestionável deu sentido a longo prazo, clareza e apoio doméstico para a formulação de política externa e de segurança dos EUA. A questão da estratégia norte-americana adequada, dessa forma manteve-se mais aberta por um longo tempo e o debate sobre a grande estratégia americana tornou-se uma das principais características da literatura dos estudos de segurança internacional (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 166).

Em que pese a desmilitarização mundial, comparado ao que havia durante a Guerra Fria, os Estados Unidos são o único país atualmente capaz de projetar poder militar para qualquer área do planeta (ALVES, 2007, p.95).

A transição da *Pax Britannica* para a *Pax Americana* ocorreu, portanto, a partir da Primeira Guerra Mundial, momento em que o eixo do poder mundial deslocou-se da Europa para os EUA. A hegemonia britânica consolidou-se por meio da pujança industrial, que se traduzia no controle do comércio internacional, tornando Londres o centro financeiro mundial. O império ultramarino britânico, que se distendia pelos quatro cantos do planeta, era administrado por cerca de 2% da população mundial. A sinergia de conquistas, exploração e a manutenção de um equilíbrio de poder na Europa, aliada à difusão da cultura inglesa, foram responsáveis pela manutenção das possessões deste império. Contudo, a erosão econômica europeia após o término da Primeira Guerra Mundial fez com que o Império Britânico, mesmo com seus territórios ultramarinos, não tivesse mais condições de projetar o seu poder a nível mundial.

Diferentemente da Grã-Bretanha, os EUA construíram estruturas políticas, econômicas, diplomáticas e militares que lhes valeram a condição de enfrentar a União Soviética, superpotência que a rivalizava durante a Guerra Fria. Após a dissolução do "Império do Mal", tais estruturas, sob a influência dos EUA, mantêm-se em pleno funcionamento, contribuindo para que este país exerça uma liderança em âmbito mundial.

2.2 A política externa dos EUA para o Oriente Médio

A perspectiva do Oriente Médio geralmente é associada com os Estados Unidos e seus aliados regionais. Ela deriva de uma concepção "ocidental" de segurança, que poderia ser resumida como o fluxo desimpedido do petróleo a preços razoáveis, a cessação do conflito árabe-israelense, a prevenção do surgimento de qualquer hegemonia regional, mantendo o islamismo em cheque e a manutenção de regimes "amigos" que são sensíveis a estas preocupações. Este foi (e ainda é) uma concepção de cima para baixo (*top-down*) da segurança que privilegiava a segurança dos Estados e estabilidade militar (BILGIN, 2004, p. 28).

Consoante com esta abordagem, entre a Segunda Guerra Mundial e os ataques de 11 de setembro de 2001, os EUA definiam o *status quo* de poder no Oriente Médio, empreendo intervenções militares na região apenas em circunstâncias excepcionais. O envolvimento militar direto EUA era inexistente, mínimo ou, ainda, indireto, como o que ocorreu na guerra árabe-israelense de 1948, na crise de Suez de

1956 , na Guerra dos Seis Dias em 1967, na Guerra do Yom Kippur , em 1973 , e na Guerra Irã-Iraque na década de 1980 (SIMON; STEVENSON, 2015). Após os ataques ao World Trade Center e ao Pentágono, ocorre um ponto de inflexão da política externa de Washington para o Oriente Médio, iniciando o período que ficou conhecido como a “Guerra ao Terror”. Ainda assim, os EUA, Israel e os estados árabes do Golfo compartilhavam as suas prioridades em suas lutas contra o terrorismo (SIMON; STEVENSON, 2015)

Na verdade, não havia a necessidade de intervir na região, pois os interesses norte-americanos em grande parte coincidiam com os de seus aliados e seus parceiros estratégicos na região. Os objetivos dos EUA eram atingidos por meio de relações econômicas e diplomáticas, combinada com uma presença militar modesta. (SIMON; STEVENSON, 2015). De acordo com Torres Filho (2007, p 202), “a segurança do Oriente Médio seria garantida pelos acordos de militares firmados entre os EUA e as quatro principais potências regionais: o Irã, a Arábia Saudita, o Egito e Israel. Os americanos teriam o papel de mediar os conflitos locais e proteger a região de inimigos externos, particularmente dos soviéticos”.

Traços do pensamento *top-down* foram predominantes na abordagem dos EUA para a segurança no Oriente Médio durante os anos 1990. Na sequência de uma política de contenção dual, os decisores políticos dos Estados Unidos apresentaram o Irã e o Iraque como as principais ameaças à segurança regional, em grande parte devido às suas capacidades militares e o caráter revisionista de seus regimes que não são subservientes aos interesses dos EUA (BILGIN, p. 29).

A guerra do golfo (1990-1991), materializando esforços para conter a ameaça apresentada por Saddam Hussein, estabeleceu um pedido dos EUA para um excepcionalismo militar e também fez algo para deixar para trás o legado da síndrome do Vietnã, que tinha inibido compromissos militares dos EUA no Terceiro Mundo. Mas o mais interessante em alguns aspectos foi o discurso político decorrente da guerra. Na ausência de uma superpotência rival, os EUA conseguiram criar uma coalizão internacional espetacular contra o Iraque, e isto pareceu abraçar a possibilidade de a "nova ordem mundial" imprudentemente sugerida pelo presidente dos EUA, George W. Bush logo após isso (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 178).

A partir do século XXI, contudo, diversos fatores, em grande parte alheios à própria agenda política de Washington, enfraqueceram as bases para as alianças e parcerias no Oriente Médio (SIMON; STEVENSON, 2015).

A Era Bush (2001-2009) inaugurou, com sua revolução estratégica do Internacionalismo Unilateral, um processo de desconstrução hegemônica da liderança

a partir da desestruturação de redes de influência e canais alternativos de exercício de poder. Como resultado, houve a perda da credibilidade e legitimidade do papel mediador que os EUA exerciam, minando os fundamentos ideológicos e institucionais deste poder. Dessa forma, passam a ser engendrados novos equilíbrios de poder e dinâmicas de alianças (PECEQUILO, 2007, p. 49).

A segurança energética, particularmente o fornecimento de petróleo, recebeu grande importância durante a administração de George W. Bush. O controle sobre as jazidas e, sobretudo, a regulação da oferta e os seus preços, tornaram-se cruciais, tornando-se necessário, em alguns momentos, o recurso ao uso da força. Nesse sentido, Torres Filho (2007, p. 218), ao discorrer sobre os motivos que conduziram à guerra no Afeganistão, em 2001, afirmou que “o regime talibã no Afeganistão mostrou que existe a possibilidade de países estrategicamente importantes no Oriente Médios serem conduzidos de “forma irracional”, deixando de responder às regras de mercado”. No que concerne à invasão do Iraque, ficou evidenciado que não seria tolerável que um ativo estratégico para os EUA – no caso o petróleo iraquiano – permanecesse sob controle de um regime que conteste, viole ou perturbe em demasia a ordem internacional; particularmente os mercados flexíveis de petróleo. Cada ator deve cumprir seu papel. À Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), liderada pela Arábia Saudita, cabe garantir o ajuste entre oferta e demanda. As empresas devem sustentar a expansão da oferta em longo prazo. Ao governo americano, corresponde garantir o funcionamento ordenado dos mercados e de seus principais agentes (TORRES FILHO, 2007, p. 218).

Uma das principais razões para a presença militar estadunidense na região do Oriente Médio é a dependência do suprimento de petróleo. Ainda que as principais fontes de suprimento de petróleo para os EUA estejam situadas nos continentes americano e africano, o mercado flexível opera de forma absolutamente integrada e tem seu centro de oferta no Golfo Pérsico. Desse ponto de vista, a presença militar direta americana nessa região é uma garantia importante tanto da manutenção do status quo nesses países quanto de seu alinhamento aos interesses dos EUA (TORRES FILHO, 2007, p. 218).

O advento de fraturamento hidráulico reduziu drasticamente a dependência direta dos EUA em relação ao petróleo do Golfo, diminuindo o valor estratégico e a prioridade da relação dos EUA com a Arábia Saudita e as monarquias árabes do golfo pérsico (SIMON; STEVENSON, 2015). O relatório " Perspectivas energéticas mundiais 2012", da Agência Internacional de Energia (AIE) anunciou que em 2017 os EUA vão superar a Arábia Saudita como maior produtor mundial de petróleo a partir de xisto

betuminoso, atingindo uma quase auto suficiência no campo da energia, necessitando importar menos combustível fóssil (AHMED, 2013). Dessa forma, por meio do petróleo produzido a partir do *shale gas*, os EUA não mais dependem do petróleo do Oriente Médio, o que poderia reduzir o efetivo de tropas nesta região.

Outro reflexo para a diminuição do peso dos EUA de, sozinhos, conduzir os destinos da política internacional respeito ao legado da Era Bush. O aumento da instabilidade e da fragmentação globais e regionais são resultados imediatos da administração republicana, assim como a perda de influência dos EUA em vários teatros estratégicos. Esta tendência é reforçada pela transição à multipolaridade, que se acentua, a despeito do discurso unipolar *neoon*, e a dificuldade que os EUA têm de reconhecer e absorver parceiros regionais do mundo desenvolvido e em desenvolvimento (PECEQUILO, 2007, p. 50).

A alteração de eixos regionais de poder regionais e perda de papel estabilizador dos EUA ocorre também no Oriente Médio. A dificuldade em concluir as negociações a respeito do programa nuclear iraniano ressaltaram a diminuição da projeção de poder de Washington sobre a região. Sobre este aspecto, Pecequilo (2007, p 55) já alertava que “as tensões quase permanentes com o Irã, devido a seu programa nuclear, e a incapacidade dos EUA em organizar um consenso fechado no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas sobre o tema são exemplos da perda de força da hegemonia sobre seus parceiros, principalmente sobre Rússia e China, que possuem acordos tecnológicos e energéticos com este País”.

A propagação e a intensificação do jihadismo também enfraqueceram as ligações estratégicas entre os Estados Unidos e seus parceiros regionais. (SIMON; STEVENSON, 2015). Os estados árabes do Golfo definiram como objetivo a supressão do jihadismo com a finalidade de derrubar o presidente sírio, Bashar Al Assad e obstaculizar os seus apoiadores no Irã. Eles estão fazendo isso mediante o apoio aos rebeldes extremistas sunitas na Síria, apesar de exortações de Washington em contrário, e do próprio desejo da Arábia Saudita para evitar uma Síria pós Assad governada por radicais (SIMON; STEVENSON 2015).

As monarquias do Golfo, cujos petrodólares financiam um economia islâmica parcialmente oculta, têm exercido um papel crucial para relativizar a importância dos EUA na região. De acordo com Peter Harling (2013), após uma década de agitação sem sentido sob os auspícios do Presidente George Bush, Barack Obama optou por uma posição oposta, no que ele definiu como um *laissez -faire* fleumático e altivo, enquanto regimes que beiram à falência, Síria e Iraque, apareceram claramente como incubadores de jihadistas. No espaço de dois anos, não só o Estado islâmico floresceu

,mas se transplantou cada vez mais para invadir grandes cidades como Rakka , Fallujah e Mosul (HARLING, 2013).

O esforço para tornar o Oriente Médio como uma região incubadora de democracia liberal, a qual iria pacificar jovens muçulmanos, fracassou inclusive quando os Estados Unidos dispunham de muitos recursos financeiros para investir neste projeto e quando ainda havia mais razões para o otimismo com relação as suas perspectivas, nos anos imediatamente após o 11 de setembro (SIMON; STEVENSON 2015). Dessa forma, a democracia *ad hoc*, como foi concebida para o Iraque, mostra a sua clara ineficiência.

Os grupos dentro das sociedades do Oriente Médio, que antes eram bastiões confiáveis do sentimento pró-ocidental, tais como as forças armadas nacionais, as elites da indústria do petróleo e tecnocratas seculares- tiveram um declínio em sua influência (SIMON; STEVENSON 2015). Os militares egípcios, por exemplo, serviram durante décadas como um pilar da relação entre o Egito e os EUA. Graças ao golpe instaurado em 2013, que colocou o ex- general do exército Abdel Fattah El Sisi no topo de um novo regime autoritário, os militares agora exercem mais controle do que nunca no Egito (SIMON; STEVENSON 2015).

O potencial para o poder militar americano para efetuar mudança importante na região também está diminuindo (SIMON; STEVENSON 2015). Sobre este aspecto, tais autores ressaltam que as autoridades militares dos EUA manifestaram grande orgulho com as missões de operações especiais no Afeganistão que resultaram na morte ou captura de lideranças do primeiro escalão do Talibã. Contudo, as vítimas civis dos ataques produzidos minaram os objetivos estratégicos ao enfurecer os habitantes locais e conduzi-los de volta para a órbita do Taliban (SIMON; STEVENSON 2015). Sendo assim, os efeitos colaterais de intervenções na região impõem restrições a um massivo emprego de tropas no Oriente Médio.

A descentralização da Al Qaeda e o surgimento do EI, uma força expedicionária jihadista e quase um Estado, aumentaram as assimetrias entre as capacidades militares norte-americanas e as ameaças mais urgentes enfrentados pela região (SIMON; STEVENSON 2015). A história do EI tem início no Iraque, quando, como resultado da invasão norte-americana de 2003, um grupo de ex-mujahidin oriundos da guerra no Afeganistão criam uma franquia local da Al-Qaeda. Logo, a sua doutrina se vê dissociada da original: eles dão prioridade ao inimigo próximo ao invés do inimigo distante, que pode representar os Estados Unidos ou Israel. Ignorando cada vez mais os ocupantes americanos, eles desencadeiam uma guerra sectária entre sunitas e xiitas e caber em uma lógica fratricida (HARLING, 2013)

Quando o Iraque ocupado pelos EUA deslizou em direção a uma guerra civil em 2006 , o Pentágono aproximou-se da doutrina e da prática da contra-insurgência, reformulando a sua estrutura militar para enfatizar o combate irregular e as operações especiais (SIMON; STEVENSON 2015). A cultura organizacional da força terrestre norte-americana é avessa a missões de contra-insurgência. Seu está focado na aplicação máxima de poder de fogo e manobra, com o objetivo de derrotar o adversário em curto tempo. Ainda que vitorioso e capaz de campanhas fulminantes contra adversários ineptos desprovidos de poder dissuasório nuclear ou químico, o exército norte-americano não tem a mesma eficiência na tarefa de ocupar o território adversário durante longo tempo (ALVES, 2007, p 97,98). Dessa forma, a dicotomia entre a adaptação para o combate à contra-insurgência e o histórico do emprego da superioridade numérica para vencer os combates, somada à dificuldade de manter o território inimigo por um maior período de tempo, evidencia restrições da eficácia do poder militar para a solução dos conflitos no Oriente Médio.

Atualmente, o interesse principal dos Estados Unidos no Oriente Médio é a estabilidade regional (SIMON; STEVENSON 2015). Contudo, isso passa a depender cada vez mais de atores regionais. Nesse sentido, de acordo com a nova Estratégia de Segurança Nacional (NSS) ou a Doutrina Obama, de 2010, os EUA estarão preparados para ouvir e conversar com seus adversários de forma a avançar os seus interesses (PECEQUILO,2009, p.242). Sobre este aspecto, Pecequilo (2009, p.244) definiu que “para orientar esta ação, definem-se os seguintes princípios orientadores que se sobrepõem (somam-se) aos progressos realizados e remetem a políticas em andamento, tanto em termos retóricos quanto práticos, dos quais ressalta-se:

1. Retomar o foco na ameaça da Al-Qaeda no Afeganistão e no Paquistão
2. Encerrar responsabilmente a Guerra do Iraque
3. Evitar que as armas nucleares caiam na mão de terroristas
4. Promover a paz e a segurança em Israel no Oriente Médio

Neste contexto de novos atores regionais no Oriente Médio, o Irã procura nitidamente exercer sua influência por onde quer que seja. A influência deste país no Iraque foi auxiliada pelo vácuo criado pela invasão EUA, mas decorre de forma mais ampla por meio da primazia demográfica e política dos xiitas do Iraque (ZAJEC, 2015). O Irã se tornou uma força para a estabilidade na região do Golfo cuja evidência é doravante admitida. Após ter deixado de ser um pesadelo para se tornar um pivô regional anti-jihadista, ter negociado um acordo nuclear com muita habilidade e ter uma aliança objetiva com Washington no Iraque para combater o EI, o Irã não é mais

um exemplo isolado (ZAJEC, 2015). Dessa forma, a capacidade de ingerência do Irã no Iraque é inevitável, o que o torna um ator importante para a estabilidade na região.

Ainda com relação ao Irã, Brzezinski (1997, p. 204) afirmava que não é do interesse dos EUA perpetuar a hostilidade com o Irã. Qualquer eventual reconciliação deve ser baseada no reconhecimento de um interesse estratégico mútuo em estabilizar o que atualmente é um ambiente regional muito volátil para o Irã. Um Irã forte, ainda que religiosamente motivado, mas não fanaticamente anti ocidental é do interesse dos EUA (BRZEZINSKI, 1997, p. 204).

A política externa de Obama, conforme definiu Oliver Zajec, não pode ser reduzida a uma série de hesitações. Ela está, por si só, a despeito de alguns fracassos e muitas ações inconclusivas, bem acima de seus parceiros britânicos, sauditas, franceses ou israelenses. O acordo de 1º de julho de 2015 com Cuba, sucedido pelo de 14 de Julho sobre o programa nuclear do Irã, a prudência relativa observada na Ucrânia, apesar da animosidade pessoal com a qual se opõe a Putin, a despeito da impetuosidade de seus opositores internos, são os traços marcantes de uma conduta relativamente controlada (ZAJEC, 2015).

No que concerne aos atores capazes de interferir, decisivamente, na conjuntura do Oriente Médio, é lícito mencionar novamente Oliver Zajec. Barack Obama certamente não teria tal capacidade, por estar pressionado a agir em prol de seus aliados na Europa Oriental e junto ao rio Eufrates. A França igualmente não se mostra com esta condição, haja vista que Paris permanece ofuscada por Berlim na Europa e atrás de Washington por quase todo o mundo. Quanto às potências regionais, Tel Aviv está paralisada pela convergência Washington – Teerã, fruto do acordo nuclear, assim como pela retomada da revolta palestina; Riad, confrontada com o declínio dos preços do petróleo e atolada em sua intervenção no Iêmen; Ankara, novamente em guerra contra o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) e permanentemente desacreditada por ter por muito tempo jogado o EI contra os curdos (ZAJEC, 2015).

A liberdade de ação passou para o lado de Rússia e do Irã, aguardando a China, que se mantém afastada do conflito, não aproveite talvez um dia a oportunidade de propor os seus termos para uma solução diplomática. Moscou já tinha mudado o tom das negociações em 2013, oferecendo a todos os protagonistas uma saída através da neutralização do arsenal químico sírio (ZAJEC, 2015). O presidente da Rússia, Vladimir Putin, defende apoiar Assad para reduzir a Al Qaeda e o EI, as ameaças prioritárias, antes de encontrar, em um segundo momento, uma solução política negociada para Damasco, como uma evolução do regime (ZAJEC, 2015).

Esta iniciativa russa modificou a correlação de forças no âmbito do Oriente Médio. Após um ano de operações de voo e sete mil "ataques" contra um EI resiliente, parece que a estratégia seguida desde 2013 pela coalizão ocidental organizada pelos Estados Unidos fracassou. O Secretário de Estado dos EUA John Kerry de agora em diante admite que o cronograma para a saída de Assad é negociável e que a cooperação com a Rússia e o Irã é necessária (ZAJEC, 2015).

A conjuntura atual do Oriente Médio aponta que as intervenções militares dos EUA na região não são mais viáveis e que se faz necessária uma solução negociada das questões com atores regionais e extra regionais. O rescaldo das revoltas árabes de 2011- especialmente no Egito, Líbia e Síria - demonstraram que a maioria das sociedades do Oriente Médio não estão prontas para dar passos significativos em direção à democracia preconizada pelos EUA. Sendo assim, as tentativas americanas de promover uma maior liberalização política na região deveriam ser mais moderadas (SIMON; STEVENSON 2015).

A conjuntura atual do Oriente Médio aponta, portanto, para uma crescente importância do papel de novos atores regionais e extrarregionais. O Irã, após a invasão do Iraque em 2003 e a conclusão do seu acordo nuclear, mostra-se como um interlocutor que não mais pode ser ignorado. Externamente ao Oriente Médio, a Rússia, fruto de sua atuação no combate ao Estado Islâmico e às tentativas de propor uma solução para a questão na Síria, é um ator extrarregional de peso para a região. Essa importância de novos atores no Oriente Médio, aos quais também pode ser acrescentada a China, corresponde diretamente à perda de influência dos EUA na região. Isso decorre do unilateralismo e das intervenções estadunidenses durante a Era Bush, o que foi modificado por meio da chamada Doutrina Obama. Nesse sentido, a atual administração estadunidense mostra-se propensa a negociar a política externa para a região contando com interlocutores do Oriente Médio e extrarregionais.

2.3 Perspectivas para a hegemonia dos EUA no Oriente Médio

A região do Oriente Médio é a que mais intensa e aceleradamente está se modificando na política internacional, em termos de distribuição de poder, em termos dos processos políticos atualmente em curso e em termos dos processos políticos que decorrerão de alguns dos processos ora em curso. As incertezas são consideráveis, pois esses mesmos processos dependem de desdobramentos políticos externos à região, notadamente a política doméstica nos EUA (DINIZ, 2007, p. 233).

O acordo nuclear do Irã demonstrou o potencial da diplomacia para amenizar as crises regionais. O endosso cauteloso dos estados árabes do Golfo ao acordo nuclear iraniano e a participação da Arábia Saudita em negociações trilaterais com os Estados Unidos e a Rússia sobre a Síria em agosto de 2015 sugerem que os árabes do Golfo estão crescendo mais confortável com a diplomacia como meio de aliviar as tensões estratégicas com o Irã (SIMON; STEVENSON 2015).

O longo período de primazia norte-americana no Oriente Médio está terminando. Embora a guerra no Iraque tenha prejudicado a credibilidade de Washington e capacitado os adversários norte-americanos, no momento em que os Estados Unidos invadiram o Iraque, a região já estava se tornando menos maleável por si só (SIMON; STEVENSON 2015).

Nem os Estados Unidos nem seus parceiros regionais querem ver o Irã com armas nucleares ou, ainda, com uma influência regional substancialmente maior. Igualmente, nenhum dos principais atores na região quer ver um salto quântico no poder do EI ou outras organizações jihadistas/salafistas. Nesse sentido, os Estados Unidos, diminuindo a sua assertividade na região, devem concentrar-se em forjar a estabilidade regional (SIMON; STEVENSON 2015).

Para que Washington engaje-se com sucesso em uma retraída construtiva do Oriente Médio, ele terá de fazer os seus melhores esforços para evitar impedir diretamente as prioridades de seus aliados e regionais parceiros (SIMON; STEVENSON 2015). Isso não será uma tarefa fácil, tendo em vista as reticências de Israel e da Arábia Saudita com a emergência do Irã como um ator de peso na região.

Washington precisa abraçar a ideia de estabelecer um equilíbrio saudável nas relações dos EUA com o Oriente Médio, o que envolve um papel de gestão mais leve para os Estados Unidos. O intervencionismo militar cêntrico dos últimos 14 anos, envolvendo políticas dos presidentes George W. Bush e Barack Obama, não logrou o êxito esperado e não deve se arraigar como uma nova regra a longo prazo (SIMON; STEVENSON, 2015).

Depois de décadas de estadistas, concentrações de esforços em práticas militares e de pensamentos de soma zero que privilegiavam a segurança de alguns, enquanto marginalizava outros, o tempo chegou para todos aqueles interessados em construir a segurança no Oriente Médio para decidir se eles querem ser agentes de visões de mundo que produzem mais do mesmo, ou de futuros alternativos que tentam abordar as múltiplas dimensões da insegurança regional (BILGIN, 2004).

Ainda que não se vislumbre em um horizonte próximo uma “crise terminal” do poder americano, não há dúvida que o projeto de poder global dos Estados Unidos

vem experimentando seus limites contraditórios depois da Guerra do Iraque. Neste contexto, cada uma das antigas Grandes Potências dedica-se a reafirmar seus espaços tradicionais de influência e a construir alianças que acabarão bloqueando ou limitando a expansão americana (FIORI, 2009 p. 127). Ainda com relação a este cenário, Fiori (2009, p.127) anteviu que “ a Rússia voltará ao seu papel tradicional e a China imporá sua hegemonia dentro da Ásia, uma situação muito difícil de ser controlada ou administrada pelos Estados Unidos”.

O sistema tende cada vez mais para uma multiplicidade de centros de poder. A reemergência da Ásia e de outras regiões pós-coloniais importantes nas últimas décadas e o novo papel dos países- continentes, como a China, desempenhando o papel de centros semi-autônomos do capitalismo mundial, mudam a configuração mundial. Os EUA, sem dúvida, permanecerão uma grande potência, mas eles deverão se acomodar ao pluralismo e a um papel mais modesto nos assuntos mundiais. (GOLUB, 2011).

A conjuntura atual do Oriente Médio, portanto, aponta para uma diminuição da influência dos EUA sobre esta região. O progressivo desengajamento da política externa de Washington para o Oriente Médio é reflexo da emergência de novos centros de poder, o que tem aumentado a relevância do multilateralismo na solução de questões internacionais contemporâneas de amplitude mundial. Ainda que não se possa apontar, pelo menos a curto e médio prazo, o fim da hegemonia norte-americana, os EUA demonstram estarem mais propensos a contar com aliados e parceiros para compartilhar as tomadas de decisões, o que pode ser exemplificado no âmbito do Oriente Médio.

3. REFLEXÕES SOBRE A HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Os EUA sucederam o Reino Unido no controle do Oriente Médio por meio de um processo gestado a partir do término da Primeira Guerra Mundial. Com a retirada das tropas britânicas da região no início da década de 1970, bases militares norte-americanas efetivaram o poder de Washington sobre uma região prioritária para a política externa dos EUA. O Império britânico, cuja transição de hegemonia ocorre a partir de 1914, tinha uma amplitude mundial que demandava um equilíbrio de poder na Europa para se manter consolidado. Ademais, constituía-se no centro financeiro mundial e contava com o apelo de sua cultura para melhor exercer a sua dominação. A erosão do eurocentrismo com o término da Primeira Guerra contribuiu diretamente para que o Reino Unido deixasse de ser a potência hegemônica.

Diferentemente do Reino Unido, os EUA intervieram diretamente para erigir estruturas políticas, militares, econômicas, diplomáticas e, até mesmo, culturais para consolidar a sua liderança mundial e conter a União Soviética durante a guerra fria. Tais estruturas, como a OTAN, o FMI e a OMC, mantiveram-se mesmo com a dissolução do inimigo comunista em 1991. Ademais, suas esferas de atribuições são ainda maiores do que eram durante a guerra fria.

No Oriente Médio, região pivô para a geopolítica mundial, tem ocorrido mudanças que progressivamente alteraram a política externa dos EUA para a região. A emergência do Irã como ator regional a partir da intervenção dos EUA no Iraque e, sobretudo, após a exitosa conclusão do acordo nuclear, alterou definitivamente a correlação de forças no Oriente Médio. O apoio de países árabes sunitas ao terrorismo islâmico, em especial a Arábia Saudita, de forma a contrabalançar a influência iraniana, não parece afetar a capacidade do Irã de ser este ator com quem os EUA podem contar.

A presença cada vez mais constante da Rússia na Síria, seja por meio de uma postura assertiva em relação ao apoio à Bashar Al Assad, seja mediante os ataques de sua força aérea a alvos do EI no país, atesta que os EUA já não conseguem mais projetar poder sobre o Oriente Médio de forma unilateral.

Os EUA continuam a ser grande potência hegemônica nos oceanos, com facilidade de projetar poder sobre áreas litorâneas. Contudo, a projeção de poder em terra encontra cada vez mais concorrentes à sua hegemonia, seja mediante o combate convencional, notadamente a Rússia e a China, quanto por meio da guerra irregular e de insurgência, dos quais destaca-se a Al Qaeda e o Estado Islâmico.

Assim como ocorreu com o Reino Unido, a falta de um engajamento mais efetivo dos EUA no Oriente Médio é um marco de que eles estariam atestando a sua retirada. Isso se mostra evidente quando a administração Obama não demonstra a intenção de enviar contingentes militares, como ocorreu no Iraque e no Afeganistão, para combater o EI. A necessidade crescente de contar com interlocutores em questões afetas à política externa para o Oriente Médio são um aspecto de que a hegemonia incontestada da *Pax Americana* parece estar em transição.

A existência de novos atores na região é uma marca incontestada de que questões com desdobramentos em âmbito mundial devem ser resolvidas de forma multilateral. Nesse sentido, é lícito afirmar que os EUA não conseguem mais sozinhos resolver os problemas do Oriente Médio, demandando o apoio de países como o Irã, a Rússia e a China.

A criação de organismos políticos, diplomáticos, militares e econômicos, sob ingerência direta dos EUA, ainda durante a Segunda Guerra mundial diferenciam a hegemonia dos EUA em relação ao que foi a do Reino Unido durante a *Pax Britannica*. Mesmo que a *Pax Americana* esteja em transição, estes organismos permitem que o país tenha condições de propor a agenda de segurança internacional, ainda que não mais detenha mais a hegemonia de outrora, mantendo-se como um ator de peso capaz de influir diretamente nas relações internacionais em amplitude mundial.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMED, Nafeez Mosaddeq. Gaz de schiste, la grande escroquerie. **Le Monde Diplomatique**. Março de 2013, página 20. Disponível em < <http://www.mondediplomatique.fr/2013/03/AHMED/48823> >. Acesso em 5 de abril de 2016.

ALVES, Vágner Camilo. O Poder Militar Norte-Americano e o Panorama Estratégico pós-Guerra Fria. In: II CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL – II CNPEPI “O BRASIL NO MUNDO QUE VEM AÍ”, 2., 2007, Rio de Janeiro. **Estados Unidos: presente e desafios**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 81 - 100.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives**. New York: Basic Books, 1997. 217 p.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. 402 p.

CONESA, Pierre. Au Proche Orient, cinq conflits entremêlés. **Le Monde Diplomatique**. Dezembro de 2015, páginas 14 e 15. Disponível em < <http://www.mondediplomatique.fr/2015/12/CONESA/54363> >. Acesso em 31 de março de 2016.

DINIZ, Eugênio. Distribuição de poder no Oriente Médio – Caracterização e possibilidades de transformação. In: II CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL – II CNPEPI, 2., 2007, Rio de Janeiro. **O Brasil no mundo que vem aí**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 203 - 233.

FIORI, José Luís da Costa. Estados Unidos: O mito do colapso e os limites do poder. In: IV CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL – IV CNPEPI, 4., 2009, Rio de Janeiro. **O Brasil no mundo que vem aí**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. p. 117 - 128.

GENTE, Régis. Le gaz de schiste chamboule la géopolitique. **Le Monde Diplomatique**. Agosto de 2013, páginas 22 e 23. Disponível em < <http://www.mondediplomatique.fr/2013/08/GENTE/49529> >. Acesso em 5 de abril de 2016.

GOLUB, Philip S. Comment basculent les empires. **Le Monde Diplomatique**. Novembro de 2011, página 7. Disponível em < <http://www.mondediplomatique.fr/2011/11/GOLUB/46930>>. Acesso em 5 de abril de 2016.

HARLING, Peter. Etat islamique, un monstre providentiel. **Le Monde Diplomatique**. Agosto de 2013, páginas 1, 6 e 7. Disponível em < <http://www.mondediplomatique.fr/2014/09/HARLING/50787>>. Acesso em 15 de maio de 2016.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1994. 912 p.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. 427 p. Tradução de Cláudio Figueiredo.

MARIN, Cécile. Après le retrait du RoyaumeUni.... **Le Monde Diplomatique**. Junho de 2007. páginas 1, 6 e 7. Disponível em <<http://www.mondediplomatique.fr/cartes/irandecolonisation>>. Acesso em 5 de abril de 2016.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos: Continuidade ou mudança?**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2005. 500 p.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Os EUA e o Ciclo Neoconservador: Avaliações Preliminares sobre a Presidência George Bush (2001/2007). In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL – II CNPEPI, 2., 2007, Rio de Janeiro. **O Brasil no mundo que vem aí**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 35 - 64.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Um Balanço Inicial da Presidência Barack Obama (2009). In: IV CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL – IV CNPEPI, 4., 2009, Rio de Janeiro. **O Brasil no mundo que vem aí**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. p. 229 - 248.

BILGIN, Pinar. Whose ‘Middle East’? Geopolitical Inventions and Practices of Security. **International Relations**, [s.l.], v. 18, n. 1, p.25-41, 1 mar. 2004. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0047117804041739>. Disponível em: <<http://ire.sagepub.com/content/18/1/25>>. Acesso em: 15 set. 2016.

ROBIN, Maxime. Au Dakota du Nord, les vaches perdent leur queue. **Le Monde Diplomatique**. Agosto de 2013, páginas 22 e 23. Disponível em < <http://www.mondediplomatique.fr/2013/08/ROBIN/49528> >. Acesso em 5 de abril de 2016.

SIMON, Steven; STEVENSON, Jonathan. The End of Pax Americana: Why Washington’s Middle East Pullback Makes Sense. **Foreign Affairs**, Nova York, v. 94, n. 6, p.1-11, 20 out. 2015. Bimensal. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/end-pax-americana>>. Acesso em: 22 out. 2015.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. O Papel do Petróleo na Geopolítica Americana. In: II CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL – II CNPEPI “O BRASIL NO MUNDO QUE VEM AÍ”, 2., 2007, Rio de Janeiro. **Estados**

Unidos: presente e desafios. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 181 - 229.

ZAJEC, Olivier. Basculement stratégique au Proche-Orient. **Le Monde Diplomatique**. Novembro de 2015, páginas 1,6 e 7. Disponível em <<http://www.mondediplomatique.fr/2015/11/ZAJEC/54129>>. Acesso em 31 de março de 2016.